

COMISSÃO EPISCOPAL DA CULTURA,
BENS CULTURAIS E COMUNICAÇÕES SOCIAIS

Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura

Do tempo livre
à libertação do tempo

2008

Preâmbulo

Como preâmbulo à reflexão sobre a organização e prática dos chamados “tempos livres”, que temos a alegria e a simplicidade de agora partilhar, gostaríamos de tornar à desafiante afirmação com que o Conselho Pontifício para a Cultura justifica o despertar da Igreja para uma renovada presença no campo das Culturas: é que importa abordar a realidade «não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes, a civilização e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm» (*Para uma Pastoral da Cultura*, 1999). De facto, a experiência cristã, que é um humilde e nunca concluído caminho de abertura à verdade, deve constituir, na diversidade e oportunidade dos tempos, das linguagens e dos lugares, um encorajamento a cada homem e a cada mulher para prosseguir na procura da verdade. Ecoam com (im)pertinência profética, nesta hora, palavras recentes do Papa Bento XVI: «A humanidade precisa de perguntas. Quando já não são feitas perguntas, até às que se referem ao essencial e vão além de qualquer especialização, deixamos de receber respostas» (21 de Março de 2007).

Desde 2004 que, com metodologias e em contextos diversos, o Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura tem suscitado uma reflexão em torno à problemática dos

tempos livres. É uma questão em torno à qual se agregam aspectos inegavelmente positivos e que representam um limiar de esperança para a construção contemporânea das sociabilidades. Mas as dificuldades e os conflitos que a rodeiam não devem também ser escamoteados, até por que são sintomáticos de uma crise mais vasta, crise antropológica e de sentido para a vida. Cabe-nos aqui agradecer a todos aqueles, e foram muitos ao longo destes quatro anos em que a temática se foi maturando, referentes culturais, universitários, gestores e programadores de cultura, artistas, personalidades de fora e de dentro do espaço eclesial católico, que deram o generoso contributo da sua reflexão, acreditando, como diz o Papa, que «a humanidade precisa de perguntas».

1. *Somos feitos de tempo*

Uma reflexão sobre a importância do tempo livre na cultura contemporânea ganhará se começarmos por analisar a condição temporal da existência humana em correlação com a sua necessária liberdade. Como veremos, tempo e liberdade implicam-se.

A condição histórica da identidade pessoal indica-nos o seu campo próprio de acção, de pensamento, de relacionamento: a intra-temporalidade. Dentro do tempo, cada um transforma o tempo-físico no seu horizonte de possibilidades, figurando-o e transfigurando-o. É nesse tempo-humano que se joga a existência, na relação com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Como lembra Heidegger, «o fundamento ontológico original da existência do “ser-aí” é a temporalidade». E a temporalidade confronta-nos com a finitude que nos é própria, com o horizonte último e certo, ainda que na suspensão do quando. «A história diz: Homem, desde a partida/ volta a tua atenção para o teu fim/ por mais alegre que seja a tua vida» (Todomundo, texto anónimo do séc. XV).

Entre o nascimento e a morte: a historicidade é não só esse intervalo, mas a construção - que necessita de tempo - que nele é permitida fazer. Os acontecimentos do passado pessoal que, consciente ou inconscientemente deixam raízes (memória), marcam modos de relação e organização

do presente; o futuro que se projecta está já a orientar o presente que se vive (em esperança); e este, que é verdadeiramente o único tempo existente, está sempre em desaparecimento (*tempus fugit* - o tempo é o único inimigo que nos fere fugindo), e tanto pode ser o tempo da atenção como da dispersão. Habitualmente não aproveitado porque passamo-lo presos ao passado ou ao futuro que não existem, porque o passado já não é e o futuro ainda não é.

O homem é tempo. Ainda que em si experimente o desejo de eternidade, ele é temporalidade num corpo próprio e num espaço. E não poderia experimentar esse desejo, ou outro, se assim não fosse. Agostinho de Hipona ao analisar o tempo a partir da eternidade percebeu bem essa “deficiência ontológica” do tempo humano, ser que lhe falta ser, marcado pela imperfeição, pelo inacabamento. Mas essa comparação com a ideia-limite permite também perceber o que pode intensificar a experiência temporal abrindo-a à esperança. Afinal, medimos a eternidade pelo tempo, ou o tempo pela eternidade?

2. O tempo como condição de liberdade

O tempo é a condição de possibilidade para conjugar o verbo “tornar-se”. Vir-a-ser aquilo que se é. Essa é relação que no tempo se estabelece entre verdade e liberdade. Não a verdade como adequação do intelecto ao objecto, mas a

verdade como acordo consigo mesmo: o deixar ser, o revelar progressivo da verdade que está já lá. Portanto a mediação temporal é essencial à libertação. A liberdade é uma acção em processo. Como o homem. Como o tempo.

Se o homem é tempo, a expressão comum: “não tenho tempo”, significa mais profundamente: “não me tenho” ou “outro me possui”. A despossessão de si mesmo será uma das características que a vivência hodierna do tempo livre como entretenimento pode causar. Assim, se o tempo é condição de possibilidade da liberdade humana, libertar o tempo é condição necessária para a realização pessoal.

3. Elogio do tempo livre

O carácter lúdico da existência, a festa, o divertimento, mais e menos organizado, tomou formas distintas ao longo da história e nas diversas culturas. Aí plasmava-se o *Homo ludens*, e manifestava-se a impossibilidade de definir o homem a partir da caracterização unidimensional do *Homo faber*. A gratuitidade do lúdico mostra uma dimensão existencial que não podemos negligenciar, abre uma clareira no utilitarismo habitual com que se pensa o tempo (“time is money”) e, em consequência, o homem. Como analisamos antes, pensar o que se faz do tempo é reflectir como se define o homem.

Daquilo que sumariamente apontamos, fica indicada uma possibilidade de entendimento do tempo livre. Ele não é apenas um tempo “entre” tempos já ocupados, mas interroga-nos, antes de mais, sobre a realização pessoal e social que projectamos, sobre o projecto que pessoal e socialmente desejamos para as nossas vidas. Mesmo o descanso autêntico pede para ser enquadrado nesta dinâmica maior da responsabilidade pela realização pessoal e social. Tempo de integração. De enriquecimento cultural, pessoal, afectivo. De exercitação do músculo da imaginação e da criatividade. De explicitação da vida interior.

A democratização, multiplicação e circulação das propostas culturais de vivência dos tempos livres são aspectos positivos de uma mutação profunda nos modos de vida, da vivência do seu carácter lúdico e festivo, da consciência do direito ao bem estar e qualidade de vida. Assim, importa analisar a utilização do tempo livre na contemporaneidade, para perceber em que medida ele é factor de desenvolvimento e acréscimo que dá vida à vida como a beleza que, para Kant, era factor promotor da vida e não apenas uma oportunidade de mercado, massificado e ocupado segundo as mesmas leis do consumo.

4. Novas expressões de uma realidade humana de sempre

No prelúdio às aventuras do seu Fausto, Goethe colocou na voz de um Director de teatro as seguintes palavras:

*“Quem cá vem é para ver, quer sensação.
Se lhe enchermos o olho com enredos,
A multidão fica de boca aberta,
E vós ganhais com isso fama a rodos,
Sois homem de sucesso, pela certa.
A massa só pela massa se conquista,
Cada um colhe aí o que lhe agrada.
Quem muito oferece, a cada um assiste,
E toda a gente sai daqui encantada.
Dais uma peça? Então dai-a em pedaços!
Com tal guisado não tereis fracassos:
É fácil de servir, de imaginar.”*

Pensar o entretenimento como característica antropológica e cultural não nos encerra no presente. Como percebemos na citação de Goethe, e poderíamos identificar inúmeros outros exemplos em diferentes épocas históricas, o entretenimento não é uma marca exclusiva do nosso tempo, mas a contemporaneidade dá-nos novas coordenadas onde devemos procurar a compreensão deste fenómeno social, sem enfatizado optimismo nem pessimismo irredutível.

Nas sociedades ocidentais - e vale a pena não esquecer que a grande maioria da humanidade não se inscreve nesta análise -, a revolução industrial, com o progresso técnico, a maior facilidade nas vias de comunicação e a complexificação do tecido urbano, serve de marco à

mutação na cultura: esta ganhou mobilidade, expansão, e um notável lugar na expressão das sociabilidades. Desde o livro de bolso à multiplicação dos teatros (e, posteriormente, dos cinemas), das tertúlias e jantares literários às sociedades recreativas de bairro ou clube, democratizaram-se os hábitos de uma vivência do tempo, que passou a estar aliado ao prazer e à diversão, facto que se reforçou com as progressivas conquistas de direitos laborais, menos horas de trabalho, de férias pagas, mais tempo livre. A isso respondeu uma indústria do entretenimento: parques temáticos, eventos desportivos de massas, museus, centros culturais e multi-usos, salas de concertos, editoras, estúdios cinematográficos, o desenvolvimento do turismo à escala planetária (e já galáctico). Assistimos também, a um ritmo sempre intensificado, ao célere desenvolvimento dos meios de comunicação e divertimento: a televisão, o vídeo/DVD, as consolas e os vídeo-jogos, e a mais relevante pelas suas consequências presentes e futuras: a *internet*. Disponível hoje em qualquer lugar, a qualquer momento, possibilitou uma multiplicação de canais televisivos, de “sítios” de conversação, plataformas de troca de informação - relevante e irrelevante, o que implica uma maior (in)capacidade de a filtrar -, de divulgação científica e artística, de projectos de solidariedade e exponenciando as oportunidades de entretenimento “em linha”. Criar a sua própria rádio, os seus filmes ou textos e divulgá-los,

permitindo que milhões espalhados por todo o mundo os encontrem, é hoje muito fácil e rápido - e, se este surto imenso de criatividade tem construído experiências de extraordinário impacto (veja-se alguns exemplos da chamada blogosfera), nem sempre a facilidade e rapidez se tem revelado fiáveis. Paralelamente às vantagens, as óbvias e as pressupostas, fica também facilitado o *voyeurismo* e a fragilização de valores fundamentais da pessoa e da dignidade humana. A “Rede” cresce a cada dia, dividida entre a possibilidade de divulgar e desenvolver formas de cultura locais ou minoritárias e a imposição de uma cultura global uniformizada; entre as oportunidades de escolha que se nos abrem e os traços que a rede regista e guarda dos gostos pessoais de cada utilizador. A novidade introduzida pela *internet* não é o bem, o mal ou entretenimento em si, mas a sua potenciação. Mas urge ter presente que o seu alcance é mais fundo: estas mutações criam uma nova concepção e apreensão do espaço e do tempo e revelam uma nova configuração do mundo e da relação do homem com ele, com o outro e consigo mesmo.

5. Espectadores na sociedade do espectáculo

Deparamo-nos, na actual conjuntura cultural, com uma dificuldade dramática na distinção de antinomias clássicas: superficialidade-profundidade; verdadeiro-ficcional; real-virtual... Hoje misturam-se e interpenetram-se. Se o mais fundo está na pele, se as notícias e a novelização

do quotidiano se sucedem numa amálgama indiferenciada, se o espectáculo aspira a substituir a realidade, vampirizando-a numa colagem acrítica, onde encontrar critérios que permitam analisar e julgar?

Não podemos separar a categoria “entretenimento” de “cultura”, mas é-nos exigido um esforço de compreensão deste fenómeno. Se existe, como lhe chamava Montaigne, um “honesto entretenimento”, entendido como um prazer que advém, por exemplo, do passar o tempo em companhia de um livro ou noutra actividade cultural, as indústrias da cultura / industrias criativas, procurando entreter a todo o custo, aumentando audiências, públicos e lucros, conduzem à rarefacção de conteúdos, simplificação dos conceitos e consequente banalização. É a ditadura do meio e do lucro. O triunfo de uma cultura portátil, constituída por sub-produtos e megas-produções.

Esta tendência torna-se ainda mais perigosa quando a banalização nos meios de comunicação e nos produtos culturais se transfere para os centros produtores de saberes e elites. Quando os lugares de ensino se transformam em espelhos da simplificação banalizante dos *media*, em especial da televisão. À imagem do espectáculo, é recusada a dedicação e o esforço em favor da espontaneidade imediatista, simplista e redutora. O tempo é ocupado no consumo ávido do que se apresenta pré-fabricado. Tudo é

reduzido. Se é difícil, corta-se. Na modelação das mentalidades a influência da televisão traduz-se, numa altíssima percentagem de casos, no facilitismo; na necessidade de desejar e consumir sempre coisas novas; no declínio do sentido crítico; na procura obsidiante de uma compaginação à moda; na recusa da aprendizagem da complexidade.

Nuno Artur Silva, um observador privilegiado da realidade portuguesa a este nível, escreveu recentemente: “Nunca o mundo global da informação, da ficção e do entretenimento foi tão rico, complexo, diversificado, estimulante e desafiador; e nunca, desde o início dos canais privados, o mundo da televisão em Portugal foi tão empobrecedor, entorpecedor, alienante, estreito e fechado.” (*Público*, 16-12-07). A ocupação do tempo livre assemelha-se, muitas, demasiadas vezes, a uma subtil colonização dos espíritos, a uma forma de controlo que, distraíndo do essencial, destrói a própria essência do que devia ser: um tempo liberto para criar, imaginar, expressar-se, escolher de modo autónomo e potenciando/alimentando essa autonomia. Uma certa infantilização que não exige mais nem desafia à maturidade, ganha terreno. Sobre tudo e todos paira a mesma mitologia, que é no fundo a da omnipresente cultura diminuída que vive do *zapping*, da montagem, da sobreposição ruidosa, do fragmento.

Recebemos o mundo e a realidade cada vez mais em

abstracto. Falta o tempo para a interiorização do efeito. E esse tempo demorado, essa lentidão, é fundamental para o que há de específico na formação pessoal e que está na base da cultura: a libertação da própria pessoa, a sua felicidade.

6. *Consumo, consumo, consumo*

Tendo-se tornado numa indústria, o entretenimento é também parte da sociedade de consumo. Consumo marcado pela aptidão cultural ou pelos meios económicos que se possuem - e deste modo não deixou de ser classista: quem tem dinheiro acede a uma oferta cultural mais lata (o que não significa, imediatamente, melhor); quem não tem participa na grande festa do consumo que é servida pela televisão ou pelos poderes, com as consequentes (de)formações massificantes.

O consumo de entretenimento segue o mesmo esquema da outra mercadoria: logo que o desejo é satisfeito, reproduz-se a insatisfação e surge outro desejo, num círculo vicioso interminável. E na sociedade pós-industrial, as experiências tornam-se em mercadoria. Mais do que vender objectos, vendem-se experiências, emoções, sensações. Esta coisificação e mercantilização da experiência humana, com o perigo da sua banalização e perversão, abre-nos ao risco da desumanização.

O consumo gera consumo, um produto requer outro, e o vazio vai-se adensando. Mas um vazio também

integrado na estratégia do lúdico. Escreveu recentemente Eduardo Lourenço: «a cultura europeia perdeu a chave do seu niilismo ainda prometeico para se tornar numa cultura pouco a pouco fascinada por um novo niilismo, um “niilismo lúdico”, baptizado à pressa de post-modernismo, última pirueta de uma cultura que já não faz história, mas recicla a história que deixou de fazer». O consumo alimenta-se desse vazio, tudo fazendo para que não seja aprofundado e as verdadeiras questões antropológicas não sejam colocadas.

Os objectos, as experiências para consumir, apresentam já o que devemos sentir: um “já-sentido” que acompanha o que consumimos, aparentemente poupando-nos ao esforço de procurar identificar o que experimentamos de facto. Num livro sobre a situação dos afectos e do sentir, a escritora brasileira Clarice Lispector, descreve na primeira pessoa a vida de um casal: «Não temos amado acima de todas as coisas. Não temos aceite o que não se entende porque não queremos passar por tolos. Temos amontoado coisas e seguranças por não nos termos um ao outro. (...) Não nos temos entregue a nós mesmos pois isso seria o começo de uma vida larga e nós a tememos. (...) temos mantido em segredo a nossa morte para tornar a nossa vida possível. (...) temos disfarçado com o pequeno medo o grande medo maior e por isso nunca falamos do que realmente importa». Quantas possibilidades

perdemos por ficarmos presos a uma vida normalizada de “alegrias e tristezas catalogadas”?

7. Construindo a própria casa

Um fenómeno que vários índices confirmam nas vivências contemporâneas é a angústia e a violência associadas ao tempo livre: acumulam-se ansiedades, insatisfações e conflitos. A excitação por uma felicidade idealizada segundo os padrões dominantes, a forte pressão do contexto cultural, o excesso de expectativas (quase com um valor compensatório, para não dizer justificativo) que se coloca na experiência dos momentos de entretenimento geram vácuos de sentido, e abrem espaço à ruptura individual e social. De facto, este não é propriamente um problema novo, mas também por isso deve ser olhado de frente, até por que a violência ganha uma tutela e uma capacidade de acção devastadoras. Escreveu Eric Weil: “Se, obtido tudo o que razoavelmente se pode desejar, as pessoas estão ainda insatisfeitas e se todo o mundo partilha do mesmo sentimento de insatisfação, pode então desencadear-se o recurso a coisas não razoáveis. Estamos então de acordo num ponto, a saber: que a violência pode tornar-se o único verdadeiro passatempo”. Infelizmente todos vemos, ouvimos e lemos que é assim.

É acerca da dificuldade de administrar, organizar e viver a liberdade própria que devemos reflectir, quando

olhamos para o tempo livre. Porque este tempo de descanso ou diversão, tempo liberto, poderá ser um indicador mais importante do que o tempo ocupado a trabalhar para sobreviver ou noutros deveres, para compreender que humanidade queremos construir.

Formar para o tempo livre é educar para a liberdade. Dar os instrumentos para que cada um construa a sua própria casa, e não espere uma vida pré-fabricada. Que cada um conheça as suas verdadeiras necessidades, emoções, desejos mais íntimos para poder escolher o que quer para o seu tempo, para a sua vida. Isso é verdadeira autonomia. E para isso é tantas vezes preciso “perder” muito tempo livre. Não ter medo da interpelação do tempo nem fugir a enfrentar-se nesse espelho crítico.

8. Fortalecer as Identidades

Esta ocupação da vontade e do espírito por algo que vem do exterior, que entretém, é, como temos vindo a meditar, o oposto do tempo de gestação, de solidão, de pausa, de criação, exigido pela construção de uma personalidade autónoma.

A vivência contínua do espectáculo, do estar fora de si, da aparência, trava caminhos singulares, uniformiza e generaliza. Transforma a pessoa em mais um elemento da massa, com a pretensão de responder a expectativas genuínas e à vontade do público. Deste modo infantiliza,

constrói a imitação da vida em vez da própria vida. Não problematiza nem abre à transcendência.

De facto, a incapacidade de simbolização (e é o símbolo que religa a superfície e o fundo) será causa e consequência do que atrás dissemos. Deslizando à superfície tornamo-nos incapazes de transcender o visível, o tangível, a pele. A esta ausência sucedem-se outras: a da capacidade crítica e a da indignação. Tudo se torna possível e aceitável. Nem louvor nem protesto. Recuamos e cedemos.

Alastra na sociedade contemporânea o sentimento de deserto. E, bem o sabemos, construir a sua casa sobre a areia, é arriscar perdê-la. É este o nosso tempo: o das identidades móveis, inseguras, mas sempre a refazer-se e a reciclar-se. Identidades em constante procura e reconstrução. O distanciamento das grandes narrativas e gramáticas pode igualmente constituir uma nova oportunidade, um novo início, pois coloca a nossa cultura numa disposição de abertura espiritual. Talvez, nesta amalgamada realidade, sintamos que esta é também a hora para a sabedoria.

9. «*Aquele que habita nos céus sorri*» (Sl 4,2)

A narrativa do Livro do Génesis, que serve de pórtico à Revelação Bíblica, descreve, em chave sapiencial, não apenas o mistério da criação, mas ousa apontar-lhe

uma finalidade. De facto, no “repouso” que remata a actividade criadora de Deus, sempre a hermenêutica crente sondou uma espécie de plenitude a que o Ser Humano deveria também aspirar. Esse tempo, que sucede ao ritmo laborioso e múltiplo dos afazeres, constitui uma verdadeira libertação do tempo, pois permite a degustação profunda da obra criada, a sua contemplação admirativa, mas também a consciência de si e a experiência concreta da bênção: «Concluída, no sétimo dia, toda a obra que tinha feito, Deus repousou, no sétimo dia, de todo o trabalho por Ele realizado. Deus abençoou o sétimo dia e santificou-o, visto ter sido nesse dia que Ele repousou de toda a obra da criação» (*Gen 1,2-3*).

Se é verdade que o casal humano aparece investido por Deus da missão de pastorear o mundo criado, assegurando o seu crescimento, ele surge sobretudo como parceiro de um itinerário que não separa a acção do seu significado maior na ordem do Ser. É curioso o refrão que acompanha as tarefas dessa semana primordial: «Deus viu que era bom (*tôb*)» (*Gen 1,4.10.12.18.21.25.31*), e que a venerável tradução dos LXX traduz por «Deus viu que era belo (*kalón*)». A actividade permanece inconcludente, e torna-se facilmente exercício mecânico e estéril, se ela não é acompanhada por essa avaliação da sua bondade e beleza. São Tomás de Aquino, no seu arguto comentário ao *De divinis nominibus* de Pseudo-Dionísio, sustém precisamente que a beleza é o motivo da criação. Deus criou o Universo

com a finalidade de o tornar belo, isto é, capaz de reflectir a Sua beleza. Uma existência, que não espelhe a dignidade e a densidade do humano, é uma existência diminuída.

10. Há uma promessa que nos conduz

A Abraão, o primeiro dos crentes, Deus ordena que olhe o céu na sua vastidão inumerável e perceba nesse infinito uma espécie de gramática para a promessa que ele é chamado a viver (*Gen 15,5*): «Conduzindo-o para fora, disse-lhe: “Levanta os olhos para o céu e conta as estrelas, se fores capaz de as contar”. E acrescentou: “Pois bem, será assim a tua descendência”». De facto, Abraão que perdera já a esperança de uma descendência, vai gerar na sua velhice um filho que receberá o nome de Isaac, isto é, «Que Deus sorria». A raiz do riso e do gozo segundo a Bíblia é, assim, a participação na surpreendente economia da Salvação. Começa por ser não a alusão a um momento ou forma de diversão, mas à experiência global dessa coincidência de Deus na história. O infatigável Filon de Alexandria, um sábio judeu contemporâneo de Jesus, faz o elogio deste riso «criado por Deus» e coloca Deus a explicar à esposa de Abraão: «Darás a este filho o nome do sentimento que vais experimentar por causa dele, que será essencialmente a alegria. Chamarás o teu filho pelo símbolo da alegria que é o teu riso». Ainda sobre o “sorriso” do nome de Isaac escreve Orígenes: «Que há uma promessa que nos conduz ao sorriso é uma evidência».

A experiência do regozijo diante do Senhor anima a construção da própria identidade do Povo de Deus e é bem expressiva do sentido dialógico da Fé Bíblica. Com efeito, foi quando o povo partilhou tanto o alimento como o júbilo rente ao Altar de Deus, que ouviu a declaração solene de Moisés: «Hoje tornaste-te o povo do Senhor» (*Dt* 27, 7-9). Uma das responsabilidades irrenunciáveis da Aliança, - um mandato! -, será precisamente o conservar e celebrar as festas, conferindo ao tempo um regime diferente daquele simplesmente utilitário: o repouso sabático semanal e as grandes festas anuais, articulam memória e futuro num tempo liberto, tempo especialmente favorável para a gratuidade, o encontro, a sabedoria e o louvor (cf. *Lev* 23). Uma nota sem dúvida imprescindível é a ligação da festa ao sentido da justiça social. Nesse âmbito se enquadra, por exemplo, a legislação a propósito do Jubileu. Na Mesopotâmia, o termo para liberdade é *amargi*, que significa literalmente “regressar à mãe (ou ao lugar/tempo seu gerador)”. De maneira idêntica em Israel, o propósito do Jubileu (essa declaração ritual de um tempo libertado profeticamente dos seus constrangimentos) era que todos (mesmo os endividados, os escravos, os estrangeiros...) pudessem recuperar o seu património material e espiritual, e religar de novo o coração às raízes do seu contentamento (cf. *Lev* 25).

11. *O deliciar-se com a vida*

Ficou justamente célebre o capítulo que na sua obra

“O espírito da Liturgia”, Romano Guardini intitulou “A Liturgia como jogo”, até pelo efeito surpresa de um vocabulário incomum numa obra de teologia. O autor começa por recordar dois passos da Sagrada Escritura que nos remetem para o interior de um tempo libertado, sem porquês, nem para quês: como se fossem experiências de “tempo livre” no interior da Revelação. Um é a visão inicial do profeta Ezequiel, a visão da glória de Deus: «Olhando vi que do norte soprava um vento fortíssimo: uma nuvem espessa acompanhada de um clarão e uma massa de fogo resplandecente à volta; no meio dela, via-se algo semelhante ao aspecto de um metal resplandecente. E ao centro, distinguia-se a imagem de quatro seres viventes... As asas estavam ligadas umas às outras; quando avançavam, não se viravam para os lados; cada um dos seres viventes caminhava sempre em frente... Eles seguiam para onde o espírito os levava; e não se voltavam, quando caminhavam...» (Ez 1,4.9.12). E outro passo é o monólogo da Sabedoria Eterna que diz: «O Senhor criou-me, como primícias das suas obras, desde o princípio, antes que criasse coisa alguma... Eu estava com Ele como arquitecto, e era o seu encanto, todos os dias, brincando (*ludens*) continuamente em sua presença; recriando-me sobre a superfície da Terra...» (Prov 8,22.30-31).

Para Guardini, *ludens* é uma palavra decisiva, não apenas para entender estes dois textos, mas para descrever o conjunto da proposta cristã: «O Pai eterno compraz-se

que a Sabedoria, o Filho, a Plenitude absoluta de toda a verdade, exprima diante Dele numa inexprimível beleza este conteúdo infinito que não visa nenhum fim - e a que poderia Ele visar? -, mas na plenitude mais definitiva do sentido, num puro deliciar-se com a vida, Ele “joga” diante Dele». O que no curso da história mais se assemelha à expressão celebrativa do viver crente são o jogo da criança e a criação do artista, pois concentram-se no sabor fundo e livre da vida. Não é por acaso que estas realidades encontram intersecções tão significativas e que mutuamente se desafiam. A grande romancista Flannery O'Connor chamava a atenção para que se visse como «um empobrecimento da imaginação significa também um empobrecimento da vida religiosa». E o apotegma do místico Angelus Silesius, «a rosa é sem porquê», reforça esse mesmo sentido: é claro que o fazer é muito importante, mas o essencial é a afirmação do ser na sua totalidade (acção e repouso, razão e imaginação).

Fundamental é deliciar-se com a vida, amparando tudo, noites e dias, visão e trevas, cruz e recomeço. Um dos testemunhos mais impressionantes, ocorridos no século que há pouco deixámos, é o de ETTY HILLESUM. Ela, que era judia, e tinha possibilidade de escapar para o exílio, escolheu, no entanto, permanecer «no epicentro da dor» para aí lutar para manter aceso «o grande sol interior», em horas tão escuras da história moderna. Aos vinte e nove anos de idade, entrou num primeiro campo de concen-

tração, no norte da Holanda, levando consigo os poemas de Rilke a Bíblia. No seu “Diário” deixou esta anotação: «...da minha cama olhava para fora, pela grande janela aberta. E era como se a vida com todos os seus segredos estivesse de novo junto a mim, a ponto de a poder tocar. Tinha a sensação de repousar sobre o seu peito nu, de sentir o bater regular e ligeiro do seu coração. Estava entre os braços vazios da vida e sentia-me tão segura e protegida. Pensava: como tudo é estranho. Existe a guerra. Existem campos de concentração. Pequenas barbáries acumulam-se de dia para dia... Conheço a grande dor humana... sei que todas estas coisas existem, e ainda assim insisto em olhar nos olhos cada fragmento da realidade inimiga. E num momento de abandono, encontro-me sobre o peito nu da vida e os seus braços vazios envolvem-me, tão doces e protectores, e o bater do seu coração que não sei sequer descrever». A 30 de Novembro de 1943, a Cruz Vermelha comunicou a sua morte.

«Alegrem-se os céus, exulte a terra! Ressoie o mar e tudo o que nele existe! Rejubilem os campos e todos os seus frutos, irrompam em danças todas as árvores dos bosques na presença do Senhor, que se aproxima» (*Sl* 96,11-12). É interessante notar como nestes dois breves versículos, o poeta faz uso de uma extensa gramática da alegria. Inicia-se com a forma verbal “alegrem-se” que no hebraico corresponde à alegria festiva; continua-se com a exultação entusiástica; acrescenta-se o marulhar das marés, seme-

lhante aos estalidos sonantes; avança-se por uma alegria rumorosa, com o termo que serve para descrever também os acampamentos vitoriosos nas pelejas; e chega-se à explosão jubilosa que é a dança. Já David havia dançado «com todas as suas forças diante do Senhor» (2 *Sam* 6,14). Mas aqui trata-se de uma dança em que a criação inteira participa! Como não evocar esse clássico da espiritualidade cristã oriental, “Relatos de um peregrino russo”: «Quando rezava interiormente, todo o mundo parecia mais maravilhoso aos meus olhos: árvores, ervas do campo, os pássaros, a terra, o ar, a luz... cada coisa parecia dizer-me que existia». Ou esses versos programáticos de Fernando Pessoa (por interposta voz do Mestre Caeiro): «A espantosa realidade das cousas/ É a minha descoberta de todos os dias./ Cada cousa é o que é, / E é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra,/ E quanto isso me basta».

12. A alegria é o gigantesco segredo

Teria razão Kierkegaard quando dizia que o cristianismo olha para a história a partir do ponto de vista da alegria, e da mais alta alegria? Aparentemente em direcção contrária, Baudelaire lembra que nos relatos dos Evangelhos, nem por um só momento, Jesus sorri (expressando, no entanto, outro tipo de paixões), retomando uma antiga tradição que vem, pelo menos, desde o século IV, de uma citação de São João Crisóstomo que diz: «Ele chorou algumas vezes, mas nunca se riu», e

que ganha num aforisma de Nietzsche contornos de uma espécie de suspeição generalizada que pesa sobre o cristianismo moderno: o cristianismo surgiria mais credível se os cristãos parecessem satisfeitos. Encontra-se, de facto, a ideia culturalmente difusa de uma quase ausência de alegria nos textos sagrados, na teologia e no viver cristãos, que sublinhariam antes o caminho da exigência moral face ao labirinto das culpabilidades. Sem dúvida, tal deriva de uma leitura insuficiente da Boa-Nova cristã, que é desde o princípio o anúncio «de uma grande alegria, que o será para todo o povo» (Lc 2,10). O escritor G. K. Chesterton, conhecido também pelo seu bom-humor, desmente os que dizem que o paganismo é uma religião de alegria e o Cristianismo uma religião de tristeza: «O comum dos homens viu-se forçado a ser alegre no que dizia respeito às pequenas coisas, mas triste no que se refere às grandes. No entanto não é próprio da condição humana ser assim. O homem é mais ele próprio, o homem é mais semelhante ao homem, quando a alegria é a coisa principal que se encontra nele, e a tristeza é uma coisa accidental. A melancolia devia ser um inocente entreacto, uma terna e fugitiva moldura do espírito, ao passo que a alegria deve ser a constante pulsação da sua alma... A alegria é o gigantesco segredo do cristão».

13. Procurar um horizonte antropológico mais vasto

A reflexão sobre os tempos livres tem de ser reconduzida necessariamente a um horizonte antro-

pológico mais vasto, englobando a concepção de homem e de existência. A alegria não é uma distração: é, antes, uma forma radical de atenção àquilo que somos. A alegria não é um produto de consumo rápido, nem é uma questão cuja procura se possa substituir ou calar no coração Humano, deixando-a apenas à estratégia comercial das indústrias do entretenimento. «Jesus estremeceu de alegria sob a acção do Espírito Santo e disse: “Bendigo-te, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos inteligentes e as revelaste aos pequeninos”» (*Lc 10,21*). Na experiência da alegria joga-se a revelação do sentido profundo e mais absoluto de todas as vidas. Não é simplesmente uma forma de bem-estar. Dir-se-ia, antes, um bem-ser.

Jesus, no mistério da Sua Encarnação (mistério que nos provoca para um espanto sem fim!), escolheu a condição Humana. Tomou a sério e com realismo as várias situações históricas em que a nossa humanidade se desenvolve, apresentando-Se, desde o princípio, como Rosto da alegria que Deus, face às nossas declarações de impossibilidade, torna possível: «O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a Boa-Nova aos pobres; enviou-me a proclamar a libertação aos cativos e, aos cegos, a recuperação da vista; a mandar em liberdade os oprimidos, a proclamar um ano favorável da parte do Senhor» (*Lc 4,18-19*). Um dos dramas da hora presente é que é tão estreito o cânone da felicidade. Os modelos

propagados deixam de lado a maior parte de nós. Jesus, porém, ousou ler o tempo do Homem, este tempo quebradiço e opaco que por vezes parece ser o do nosso destino comum, como desenho de uma plenitude maior. A verdadeira libertação do tempo é a que permite o Homem.

14. *Definir o tempo pela sua qualidade*

«O tempo alcançou plenitude (*peplerotai o kairòs*) - é a proclamação inaugural de Jesus, segundo o relato de São Marcos (*Mc 1,15*). Olhando para a forma verbal empregue (a forma do perfeito, *peplerôtai* - alcançou plenitude, completou-se), vemos um tempo onde o cumprimento começou, mas que prossegue em efeitos que o presente e o futuro prolongam. Não se trata, portanto, de um tempo meramente pontual, para ser deglutido na vertigem do que passa. Nem é, de modo algum, um mero passar. A utilização que se faz aqui do lexema *kairòs* revela-se iluminante. Por que se usa, para designar este tempo aberto por Jesus, o substantivo *kairòs* em vez de *chrónos*? Há uma diferença entre ambos: o *kairòs* exprime uma qualidade do tempo; enquanto que *chrónos* designa a quantidade. O significado fundamental de *kairòs* é o de uma expressão decisiva do tempo, o seu ponto essencial, fugindo a um entendimento estritamente cronológico. Em autores antigos tão diversos como Sófocles ou Aristóteles, ou já na tradução grega da Bíblia Hebraica, *kairòs* ganha, não raro, um sentido religioso, a ponto de coincidir com a revelação

do próprio Deus. Essa é a perspectiva do Novo Testamento, que interpreta o tempo como lugar do irromper de Deus, propício e determinante. De facto, não é o tempo quantificado que dará alma ao mundo, mas o tempo qualificado pela decisão e pela experiência da graça e do dom.

| | |
|---|----|
| Preâmbulo..... | 3 |
| 1. Somos feitos de tempo..... | 5 |
| 2. O tempo como condição de liberdade..... | 6 |
| 3. Elogio do tempo livre..... | 7 |
| 4. Novas expressões de uma realidade humana de sempre..... | 8 |
| 5. Espectadores na sociedade do espectáculo..... | 11 |
| 6. Consumo, consumo, consumo..... | 14 |
| 7. Construindo a própria casa..... | 16 |
| 8. Fortalecer as Identidades..... | 17 |
| 9. «Aquele que habita nos céus sorri» (Sl 4,2)..... | 18 |
| 10. Há uma promessa que nos conduz..... | 20 |
| 11. O deliciar-se com a vida..... | 21 |
| 12. A alegria é o gigantesco segredo..... | 25 |
| 13. Procurar um horizonte antropológico mais vasto..... | 26 |
| 14. Definir o tempo pela sua qualidade..... | 28 |



secretariado
nacional da
pastoral
da cultura